



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA MEDIÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Evanir Moreira da Silva

Professor-orientador Dr. Erisevelton Silva Lima

Professora Tutora-orientadora Mestre Sileda Maria Holanda de Sousa Almeida

Brasília (DF), Junho de 2014

Evanir Moreira da Silva

**A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA
MEDIÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação do Professor-orientador Dr. Erisevelton Silva Lima e da Professora Tutora-orientadora Mestre Sileda Maria Holanda de Sousa Almeida.

TERMO DE APROVAÇÃO

Evanir Moreira da Silva

A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA MEDIÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Dr Erisevelton Silva Lima
(Professor-orientador)

**Mestre Sileda Maria Holanda de Sousa
Almeida**
(Tutora-orientadora)

Prof^ª. Mestre Abigail do Carmo Levino de Oliveira.
/SEEDF/UnB
(Examinadora externa)

Brasília, 23 de junho de 2014

DEDICATÓRIA

A Deus, o autor da vida, ao Jean, a Jeane, a Maiara, a Livia e também ao Fábio Bruno, família que o Senhor me concedeu, razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha Família, aos Centros de Educação Infantil da SEEDF, lugar de efetivas aprendizagens, sem esquecer as maravilhosas Maria José Coutinho Moreira e Sileda Maria Holanda de Sousa Almeida.

EPÍGRAFE

“Simplesmente justiça... uma justiça pedestre, uma justiça companheira, cotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo”.

José Saramago

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar através da análise do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral - no CEI 120 (nome fictício), se a avaliação registrada é resultado de mediação do docente na prática pedagógica ou uma obrigação administrativa e o acompanhamento da gestão para otimizar esta prática. Para isso buscou-se três objetivos específicos: Compreender o papel da gestão democrática na educação infantil organizada em ciclos, onde a avaliação é um instrumento de mediação para aprendizagem de todos. Analisar o uso do Relatório como instrumento de garantia de desenvolvimento de aprendizagem ou apenas um relato descritivo da criança. Identificar se os professores neste segmento têm clareza sobre o que é avaliação formativa e fazem uso da avaliação como instrumento de intervenção no trabalho pedagógico. A pesquisa foi baseada nos documentos que norteiam a educação infantil no DF: o Currículo em Movimento, o Caderno de Perguntas e Respostas Estratégias Didático-Pedagógicas e Avaliação nos Ciclos, nos teóricos Mainardes(2009), Hoffmann (2012), Jacomini (2012), Arce e Jacomelli (2014), Prado e Azevedo (2012) e outros. Na metodologia a pesquisa qualitativa e o método descritivo com pesquisa de campo e documental. Os sujeitos foram dez professores da educação infantil de uma escola pública em Santa Maria, DF. O instrumento para coletar os dados foi questionário com questões subjetivas e a leitura e análise de 124 relatórios do 1º e 2º períodos. Concluiu-se com esta pesquisa que a avaliação na educação infantil continua sendo uma descrição da criança naquele momento e não um processo de mediação docente. Também constatou-se que não há um efetivo acompanhamento dos gestores no processo avaliativo.

PALAVRAS CHAVES: Avaliação. Mediação. Ciclos. Aprendizagem. Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 - A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DIREITO A EDUCAÇÃO.....	14
1.1 O direito a educação e a escola organizada em ciclos.....	16
1.2 A educação infantil como 1º ciclo para as aprendizagens na rede Pública do Distrito Federal.....	17
CAPITULO 2 - A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM.....	20
2.1 A concepção de avaliação mediadora.....	22
2.2 Relatando o caminho da aprendizagem.....	24
CAPITULO 3 – O PROFESSOR QUE AVALIA E A INTERVENÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	27
3.1 As intenções avaliativas e mediação da aprendizagem.....	29
3.2 A intervenção docente	31
CAPITULO 4 - METODOLOGIA.....	35
4.1 Análise da coleta de dados.....	36
4.2 Sobre a concepção e prática dos professores	37
4.3 Sobre os relatórios.....	40
CONCLUSÃO.....	43
REFERENCIAS.....	44
APENDICE 1 - Questionário em branco para professores.....	47
APENDICE 2 - Questionário em branco para os gestores.....	49
APENDICE 3 - Modelo de Relatório Descritivo Individual de Acompanhamento Semestral.....	51

INTRODUÇÃO

A educação infantil na rede pública do Distrito Federal está sendo proposta como 1º ciclo de aprendizagens, e isto com o objetivo de garantir a aprendizagens a todos. O formato que hoje temos nesta modalidade de ensino tem características semelhantes aos ciclos de aprendizagens, como não possuir retenção, não há avaliação classificatória ou para promoção, o currículo flexível entre os períodos. Mas a pergunta de nossa pesquisa é se este professor compreende a avaliação como instrumento de mediação para melhorar e garantir a aprendizagem de seus alunos. Para isto buscamos referencial teórico sobre a gestão democrática e o direito a educação, sobre a avaliação como instrumento de intervenção e desenvolvimento da aprendizagem sobre o professor que avalia e a intervenção da aprendizagem.

Nossa metodologia de pesquisa foi o questionário aplicado aos professores sobre a avaliação e o uso do Relatório Descritivo Individual de Acompanhamento Semestral onde o professor relata o desenvolvimento da criança. Também aplicamos um questionário aos gestores uma vez que gostaríamos de saber se os gestores acompanham o processo avaliativo dentro da escola e se fazem algo para otimizar esta pratica. Este trabalho clareou a importância da intervenção do professor no processo ensino e aprendizagem e esta intervenção só é consistente se feita a partir de dados levantados pela avaliação,

CONTEXTO

A pesquisa será realizada em uma escola da Rede Pública do Distrito Federal, o Centro de Educação Infantil - CEI 120 (nome fictício) localizado em Santa Maria - DF. A escola surgiu a pedido da comunidade para atendimento a crianças em fase pré-escolar e foi inaugurada no dia 5 de julho de 1998. Santa Maria é uma região administrativa do DF, rodeada por 2 ribeirões, o Alagado e o Santa Maria, originando o nome da cidade. Nasceu da expansão do núcleo rural Santa Maria, que pertencia a RA II – Gama até 92. Antes da criação oficial da RA Santa Maria em

1992, os lotes foram distribuídos por órgão do governo. Os beneficiados a princípio foram os idosos e portadores de necessidades especiais. A fonte de renda da maioria dos moradores é a construção civil. As quadras que cercam o CEI 210 possuem lotes que foram entregues a servidores que em sua maioria eram policiais e bombeiros. A população jovem das quadras é significativa e muito ociosa, sendo uma imagem construída e marcada por situações de violência e tráfico de drogas, sem a presença regular de batalhão Escolar.

Atende a 446 crianças entre 4 e 5 anos, sendo 236 no 2º período e 210 no 1º período, com 8 crianças com necessidades educacionais especiais. São distribuídas em 20 turmas, onze de 2º Período e nove de 1º Período. O horário de atendimento é matutino e vespertino. Equipe de gestores é composta por uma diretora, uma vice-diretora, uma supervisora administrativa e um chefe de secretaria. A partir do ano passado a escola tinha uma supervisora administrativa, mas esse ano essa função foi tirada da escola. Somos em 20 professores regentes, 3 coordenadores, 3 professores readaptados, 1 professor na sala de recurso, 1 na Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem - EEAA e uma orientadora educacional, além dos servidores da carreira de assistência. Temos Os projetos CEI CONTANDO HISTÓRIAS, FESTA JUNINA, NOITE DO PIJAMA.

A comunidade é participativa nas atividades da escola. Uma característica muito importante relacionada com a aprendizagem é que em nossa comunidade há muita preocupação com a criança ter aula, ou seja, o dia letivo, mas percebemos que praticamente não se questiona a qualidade deste trabalho. O CEI 210 é o único na parte sul de Santa Maria que atende exclusivamente crianças de 4 e 5 anos, o que ocasiona uma constante busca por vagas. A comunidade a considera de boa qualidade. Há uma grande rotatividade de alunos durante o ano letivo, devido a evasão e abandono em virtude de separação dos pais ou mudança de endereços, pois muitos pais vivem de aluguel. Muitas das crianças são de famílias com dificuldades como separação, casais formados devido a gravidez precoce, crianças criadas pelos avós. A maior dificuldade dos pais e comunidade é compreender o verdadeiro objetivo e identidade da educação infantil. Quanto a estrutura física, as

maiores reivindicações da comunidade são a construção do muro, cobertura e substituição do piso do parque.

CEI 210 organiza seu currículo no contexto de RCNEI e segue o currículo da SEDF, que possibilita o alcance de três objetivos básicos:

- Construção da identidade e da autonomia
- Interação e socialização da criança no meio social, familiar e escolar
- Ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo.

Com relação avaliação, que é o foco desta monografia, o CEI 210 segue a orientação da SEDF, a avaliação formativa, e considera as avaliações nos seguintes aspectos: formação de hábitos, atitudes e habilidades, assimilação cumulativa de conhecimento sistemático, integração do educando na comunidade como agente de mudança.

O resultado da avaliação do desenvolvimento escolar é registrado em relatório individual do aluno, sendo apresentado aos pais e/ou responsáveis, semestralmente, ao final do ano letivo por meio de instrumentos próprios. Ressaltando que esse registro deverá destacar os pontos fortes do aluno, a qualidade das interações estabelecidas com os seus pares, as intervenções propostas e as respostas dadas pelos alunos diante das novas intervenções, e os avanços dos alunos em todo processo de ensino e de aprendizagem. (PPP CEI 120, p 11)

JUSTIFICATIVA

Historicamente a avaliação cumpriu uma intencionalidade classificatória e excludente. O grande desafio é uma mudança nos propósitos que é a avaliação como instrumento que norteie a promoção da aprendizagem. A escola organizada em ciclos tem como objetivo a aprendizagem de todos os estudantes e para isso aconteça faz necessário um processo avaliativo contínuo e de acordo com a proposta pedagógica, o que só é possível com um trabalho coletivo e colaborativo.

Na SEDF a educação infantil possui um Relatório de acompanhamento semestral onde deve constar o registro do desenvolvimento da criança. A falta de

clareza, sobre as intenções pedagógicas e as intenções avaliativas podem criar uma nova forma de exclusão: a que acontece dentro da escola. Esse é um desafio para a gestão democrática.

PROBLEMA

O Professor da educação infantil compreende e utiliza a avaliação como instrumento de mediação para melhorar o processo de ensino e aprendizagem?

A SEDF tem o objetivo de constituir a educação infantil como 1º ciclo de aprendizagens. Na escola organizada em ciclos, a avaliação deve ser um instrumento de inclusão, e não de classificação e exclusão. Na educação infantil Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral tem sido usado muitas vezes com um documento que é preenchido quase em série, onde se prevê o que a criança deve aprender, se aprendeu ou não, e muitas vezes o que vemos é um relatório comportamental. Mesmo não tendo o que se nomeia de avaliação com o objetivo de promoção, meritocrática, o relatório é um instrumento muito importante para acompanhamento do desenvolvimento da criança. Nele o professor deve deixar bem claro sua intenção pedagógica e avaliativa, e como estes garantem a aprendizagem do aluno.

A gestão democrática, em suas atribuições, ao organizar o trabalho coletivo na escola, otimizando o tempo, desafiando o trabalho colaborativo e reflexivo, viabiliza a construção uma escola onde todos progredam em sua aprendizagem, pois a avaliação deixe de ser classificatória e excludente, mas resultado de acompanhamento sistemático e consonante com a proposta pedagógica.

OBJETIVO GERAL

Identificar através da análise do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral - Educação Infantil no CEI 120(nome fictício) se a avaliação registrada é resultado de uma mediação do docente na prática pedagógica e o acompanhamento da gestão para otimizar esta prática.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Compreender o papel da gestão democrática na educação infantil organizada em ciclos, onde a avaliação é um instrumento de mediação para aprendizagem de todos.
- Analisar o uso do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral - educação infantil, como instrumento de garantia de desenvolvimento de aprendizagem ou apenas um relato descritivo da criança.
- Identificar se os professores que trabalham neste segmento têm clareza sobre o que é avaliação formativa e fazem uso da avaliação como instrumento de intervenção no trabalho pedagógico.

CAPÍTULO 1 - A GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DIREITO A EDUCAÇÃO

O direito a educação além de uma luta construída historicamente, é uma conquista garantida por lei em muitos documentos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Nº 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNE) e órgãos como a UNESCO. Esse direito vem do reconhecimento da importância do saber sistematizado, dos conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade, como um instrumento de condição para a igualdade social. Já avançamos com relação ao acesso e permanência, mas ainda estamos muito longe de garantir a qualidade. A própria LDB, Referenciais e Diretrizes, as legislações norteiam o caminho para avanços na sonhada educação de qualidade.

Na Declaração do Direito das Crianças, adotada pela Assembléia das Nações Unidas de 20 de novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil, no princípio 7º está escrito:

Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Passaram 54 anos, e ainda não há condições de iguais oportunidades. A escola pública, onde estão os que mais precisam destas oportunidades, continua a atribuir ao aluno a responsabilidade do não aprender, sem considerar que sua função é a de ensinar. Entendemos que a gestão democrática, tem em suas atribuições o dever de trabalhar para que se alcance a superação de um currículo oculto que impede que de fato todos aprendam o que lhes instrumentará a serem sujeitos da própria história e transformadores da sociedade que estão inseridos, tornando-se então uma luta e responsabilidade das escolas e seus gestores, como diz Cury (2006, p. 3) “o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições”. Superar a falta de qualidade só é possível com uma gestão efetivamente democrática e uma prática colaborativa, onde todos os envolvidos acreditem que a educação de qualidade é de fato um direito de todos e não apenas de uma minoria privilegiada.

Ousar frente ao sistema é um dos desafios da gestão democrática, não apenas fazer o que está institucionalmente determinado, mas, num processo colaborativo, construir uma escola democrática. Lemos em Moreira e Candau (2003, p, 164), "... a escola estará a serviço da reprodução de padrões de conduta reforçadores dos processos discriminadores presente na sociedade. "Sem dúvida, em seu curso natural a escola está a este serviço, ao mesmo tempo em que é lugar de contradição, pois nela estão sujeitos que conscientes de seu papel na sociedade e na história, e também do direito do outro, lutem pela reversão do quadro estabelecido. Profissionais que acreditam que todos podem aprender e mais que isso, tem esse direito, principalmente os que em sua condição social tem constantemente esse direito negado, conforme Betto (1993, p. 3):

Assim, no centro do processo pedagógico devem estar como eixo, aqueles que mais têm os direitos essenciais negados: os pobres e as vítimas da injustiça estrutural. Nessa linha, assumir os direitos dos pobres é, com frequência, estar em choque com os interesses daqueles que consideram os lucros do capital privado acima dos direitos coletivos ou as razões de Estado acima do direito individual.

Saramago (2002, p. 3), inspiradamente nos fala, de "[...] uma justiça pedestre, uma justiça companheira cotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável a felicidade do espírito com indispensável a vida é o alimento do corpo." Essa justiça clamada, que aparece claramente na Declaração do Direitos Humanos, e está tão longe de muitos, principalmente dos que mais precisaram, os mais pobres e fracos, se torna possível numa escola e gestão democrática. Mas como alcançar uma verdadeira democracia, onde todos vivam em igualdade de condições, de oportunidades?

Vemos muitas dificuldades, a maior como nos diz o autor, o poder econômico. Talvez, gestores devam começar a tocar o sino, como diz Saramago (2002), e recuperar nas escolas, através da sua liderança, valores como a justiça, solidariedade, respeito, e tantos outros, valorizando o trabalho colaborativo. Uma gestão democrática deve ter a preocupação com a qualidade de ensino, mas mais que isso, devem e podem, fazer da escola um espaço que mais que conteúdos, forme sujeitos com "oportunidades". Mas isto só é possível quando os gestores têm

a consciência do violento processo de desigualdade que a cada dia está mais refinado.

O direito a educação e a escola organizada em ciclos

A escola organizada em ciclos surge como possibilidade de enfrentamento da situação do direito a educação, ou seja, da escola seriada que ao longo de sua história foi e continua seletiva, excludente, trata os diferentes como iguais, que tem na reprovação o fator de garantia de qualidade, onde os que passam aprenderam, sendo aprender e passar mérito do aluno e não uma obrigação da escola ensiná-lo e garantir que ele aprenda. A escola seriada atende apenas a uma parte da sociedade, deixando um grande número de alunos sem a oportunidade de aprender, de ter acesso ao conhecimento produzido historicamente pela sociedade. “A organização da escola em ciclo está, portanto, em consonância com um processo educativo inclusivo.” (GDF, 2013, p.8)

Há muitas concepções para a escola em ciclos no Brasil, conforme Mainardes (2009, p. 51), “Um ponto comum do conceito de escola em ciclos é a tentativa de organizar a escolarização em uma nova base, de forma a romper com a lógica da escola seriada e com o emprego da reprovação anual. Mainardes(apud ARROYO,2004) explica que a lógica da escola seriada se caracteriza por ser transmissiva, pois se organiza em torno dos conteúdos a serem transmitidos, um caráter precedente e acumulativo de conteúdo, tem por base ritmos médio de aprendizagem e todos devem aprender todas as disciplinas ao mesmo tempo para não serem reprovados.

O termo ciclo como forma de agrupamento surgiu em 1930 na Reforma Francisco Campos e 1942/1946 na Reforma Capanema. Como políticas de não reprovação o termo surgiu em 1984 com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) na rede estadual em São Paulo. Conforme Mainardes (2009) a escola em ciclos tem alguns princípios: garantia da continuidade e progressão da aprendizagem, progressão contínua, trajetórias diferenciadas no decorrer do ciclo

pelo aluno, avaliação contínua e formativa e pedagogia diferenciada. Ainda conforme o mesmo autor a idéia de não-reprovação já existia em 1910.

Cem anos se passaram e ainda discutimos se implantamos ou não, como o faremos, ou o pior, quem o fez, pensa em retornar ao regime seriado, pois o aluno continua não aprendendo, e vemos o problema das concepções que não mudam, os problemas estruturais que permanecem e a educação continua sendo um privilégio e muitos continuam sendo excluídos, agora não mais da escola mas dentro dela, a grande maioria já tem o acesso e a permanência garantidos, mas continuam sem direito a aprender, sem acesso ao conhecimento, “ o direito a educação é duramente golpeado na medida em que as condições de oferta e os conseqüentes resultados de escolarização atestam a não democratização do conhecimento socialmente construído” (JACOMINI, 2009, p.559).

A regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho, ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem. “(BARBOSA, 1999, p.25).

A educação infantil como 1º ciclo de aprendizagens na rede pública do distrito federal

A educação infantil na Rede Pública do Distrito Federal está sendo proposta como o 1º Ciclo de Aprendizagem, pois apesar de não possuir reprovação ou avaliação meritocrática, a atual formatação é baseada na seriação. Da mesma forma que as demais etapas de ensino, se faz necessário garantir que todas as crianças aprendam e se desenvolvam, pois “[...] que está tenha objetivos claros que contribuam para a inserção da criança ao conhecimento do mundo objetivado, isto é, construído pelo conjunto de homens ao longo de sua história.” (PRADO; AZEVEDO, 2012, p. 33). Um dos instrumentos que dará condições ao gestor escolar de efetivar na escola um processo de ensino e aprendizagem que garanta a todos aprenderem

é o Projeto Político Pedagógico, pois nele estarão os objetivos da instituição e a forma que a comunidade escolar trabalhara para alcançá-los.

A Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. Diz nos princípios III art.2º: “autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira”; e no Art. 4º “Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal”. Esta lei orienta sobre a autonomia da escola para a construção do seu Projeto Político Pedagógico. O gestor amparado pela lei e consciente do seu papel, deve liderar a caminhada da escola em busca da qualidade tão almejada, ele representa o Estado e está à frente do processo de ensino aprendizagem na escola pública e tem no Projeto Político Pedagógico o seu maior recurso para enfrentar a injustiça da desigualdade de condições, lembrando que:

Enquanto responsável último pelo desempenho escolar compete ao dirigente prover as condições necessárias para que o trabalho pedagógico possa desenvolver-se da melhor forma possível e de acordo com a Proposta Pedagógica estabelecida em conjunto com a comunidade escolar. (ALONSO, 2004 p.7 e 8)

A implantação dos ciclos da aprendizagem na educação infantil representa um avanço, mas por si só não garantem a qualidade do ensino ofertado, principalmente porque há muita idealização sobre o trabalho com crianças de 0 a 5 anos, principalmente o não diretivismo, que de certa forma prejudica principalmente as crianças das camadas mais pobres da nossa sociedade, que são as que mais precisam da escola para ter acesso ao conhecimento sistematizado e o foco. Além da proclamação de uma criança idealizada pelos documentos oficiais, Silva (apud PALHARES; MARTINEZ, 2005) nos alerta que o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI, 1998), nos afasta da realidade das creches, que não temos a infância desejada, rica em estímulos, com forte vínculo com o professor, como representa o documento.

O que buscamos é uma educação infantil que consiga fazer uma verdadeira integração do cuidado com o ensino para o desenvolvimento integral das crianças. Defendemos o trabalho

educativo na educação infantil tendo como eixo o ensino, o que não deixará de lado a peculiaridade da criança menor de 6 anos, contudo está se alterando completamente, uma vez que esta apresentará o conhecimento como o principal direito da criança a ser respeitado na instituição (SILVA, 2012, p. 103,104).

Esse é o desafio, garantir o direito de aprender e as condições de ensinar. O professor como regente deste processo, terá a avaliação como norteador do seu trajeto com a criança.

CAPITULO 2 - A AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Ao pensarmos sobre a importância da avaliação, citamos Hoffmann ao escrever que “pelo viés da avaliação, pode-se cercear ou limitar as oportunidades educativas a crianças de zero a seis anos, que são a garantia de um futuro melhor e de uma vida mais digna” (2012, p.12). A avaliação é uma arma poderosíssima a favor da qualidade de ensino. Ela instrumentaliza os profissionais da educação para acompanhar e intervir no processo de ensino e aprendizagem, ajudando a garantir que todas as crianças aprendam, respeitando sua caminhada na construção do conhecimento. Todos têm o direito a uma educação de qualidade, inclusive as crianças de zero a cinco anos que estão na educação infantil. Mesmo não sendo considerado um período de escolarização já se sabe o quanto esta fase é importante para o seu desenvolvimento.

Historicamente a avaliação tem servido para verificar, medir, classificar, rotular o aluno e sua aprendizagem. Os que não conseguem aprender são reprovados, um recurso que a muitos anos tem assombrado os que tem mais dificuldade de aprender. Durante muito tempo acreditou-se que a reprovação seria um instrumento importante para garantir a qualidade. Desta forma, assegurava-se de quem não aprendesse, não prosseguisse com seus estudos. Segundo Jacomini (2009, p.565) mesmo já se tendo conhecimento que todos podem aprender quando em condições adequadas e respeito às potencialidades, ainda muitos profissionais da educação, como a família e sociedade, acreditam que aprender é responsabilidade do aluno e não uma obrigação da escola ensinar, e vem na reprovação uma estratégia necessária para garantir a qualidade. Além disso, a escola tende:

A responsabilizar de forma unilateral os alunos e os pais, especialmente os da classe populares, pelo desempenho escolar, transformando um problema que é social e educacional em questões individuais vinculadas á capacidade ou ao desempenho de cada um. (JACOMINI, 2009, p.565)

De acordo com a LDBEN - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Art. 31 que trata da educação infantil diz:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

Esta lei orienta que na educação de zero a cinco anos, a avaliação não tem o objetivo de promoção e deve ser mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança. Para que isso aconteça à avaliação utilizada é a formativa, pois tem o foco no processo de ensino e aprendizagem, o professor trabalha com informações levantadas através da observação reflexiva e anotação, vê se ele está aprendendo ou não, buscando conhecer as dificuldades dos alunos, tentando ajudá-lo a superá-las com a intervenção pedagógica. Seus planejamentos são feitos a partir destas informações. “O olhar sensível, a observação e o registro sistemáticos e o cuidado na escolha das intervenções pedagógicas que produzem aprendizagens são fundamentos de uma avaliação formativa” (SEEDF, 2013, p.55, apud FREIRE, 1996, s/p).

Na rede pública do Distrito Federal, a criança não tem a reprovação, os estudos prosseguem para o ensino fundamental independente de sua aprendizagem. Na portaria nº 285, de 5 de dezembro de 2013, o “Art. 4º Aprovar a promoção dos alunos, na forma que se segue: Primeiro Ciclo: Sem retenção” (SEEDF, 2013). Nesta etapa não temos este problema, mas mesmo assim o direito a educação continua sendo negligenciado, pois a criança apenas prossegue seus estudos, sem garantias de aprendizagem. Aprender e se desenvolver é um direito, também ter acesso a novos conhecimentos, ao saber elaborado. Nossa reflexão é como o professor tem feito uso da avaliação para acompanhar e registrar o desenvolvimento do seu aluno tendo assim instrumentos para intervir e garantir esse direito em sua sala de aula.

A concepção de avaliação mediadora

Segundo Hoffmann (2012) o docente em sua ação avaliativa deve acompanhar a criança, estar atento, percebendo seu jeito de ser e aprender, avaliar para mediar, ou seja, fazer intervenção pedagógica e isto implica em planejamento. “O empenho no ato de planejar depende antes de mais nada, do quanto se julga aquilo importante, relevante[...] a fim de garantir o máximo possível que o resultado almejado venha a se concretizar” (VASCONCELLOS, 2006, p.40). Cada criança tem o seu tempo e jeito de aprender e isso precisa ser respeitado, mas nem sempre o é, por diversas razões, entre elas a falta de preparo do professor, a falta de condições de acompanhamento pelo grande número de crianças em sala, e também muito importante, as dúvidas sobre a função do professor de ensinar ou não. Faz-se urgente que todas as crianças aprendam e se desenvolvam principalmente as que pertencem às camadas populares.

A teoria de avaliação mediadora defendida por Hoffmann (2012, p.19) está sendo desenvolvida por ela desde 1981, baseada na teoria construtivista de Piaget e sociointeracionista de Vygotsky, “parte do pressuposto que o faz toda a diferença em avaliação é a postura mediadora do professor”. A autora explica que a concepção de avaliação mediadora envolve: observação atenta e individualizada da criança, a análise reflexiva de suas manifestações, possibilidades e interesses, e o planejamento de ações educativas com outras possibilidades de aprendizagem. “Tem por finalidade e essencial promover o desenvolvimento máximo possível de todas as crianças a partir de desafios intelectuais permanentes e de relações afetivas e de cooperação entre todos os elementos da ação educativa. ” (Idem, p.22).

De acordo com esta teoria, a postura mediadora do professor é que fará toda a diferença no processo de ensino e aprendizagem da criança. A autora alerta que “situações provocativas e adequadas às possibilidades e aos interesses infantis exigem do professor um conhecimento profundo do processo de construção do conhecimento” (idem, p.20). Intencionar, planejar, executar, observar, refletir, mediar, acompanhar, avaliar, planejar novamente, assim deve ser o dia a dia do

professor com o seu aluno no caminho do desenvolvimento e da aprendizagem. Mas o sistema e seus interesses conspiram contra, pois como um profissional com 25 crianças de quatro e cinco anos, durante 5 horas diárias sem interrupção, sem auxiliar, sem pausa para lanche, ir ao banheiro, tomar um café, tem condições de observar 25 crianças, que, de acordo com o currículo devem ser “educadas e cuidadas”? Essa é a realidade da Educação Infantil na rede Pública do Distrito Federal. O professor vê o seu trabalho descaracterizado quase que diariamente, pois não consegue exercer sua função.

Hoffmann em sua teoria de avaliação mediadora usa contribuições de Piaget e Vygotsky sobre a mediação. Sobre Piaget a autora cita que a aprendizagem no sentido de desenvolvimento pressupõe desequilíbrio, conflito, reflexão e resolução de problemas, “cabendo ao adulto mediar a aquisição de ferramentas culturais (linguagem e símbolos) das crianças de forma a levá-las a refletir sobre as experiências, articulando as idéias e construindo compreensões cada vez mais ricas da realidade. ” (2012, p.20, apud Piaget, 1970; 1977). Ainda segundo Piaget, a criança constrói o conhecimento na sua interação com objeto. Neste caso o professor é um mediador que dá oportunidade as crianças de refletirem sobre as suas ações, de pensar e estabelecer relações.

Sobre a teoria sociointeracionista, a autora (idem, p.21, apud Vygotsky, 1988; 1993) escreve que o conceito de mediação é essencial em termos do desenvolvimento. Que há uma grande diferença entre o que uma criança pode aprender sozinha ou com a ajuda de outra pessoa mais experiente ou competente. Fala ainda sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal, que ressalta a importância do papel mediador do professor. Para Vygotsky o professor deve levar em conta em seu planejamento para mediar a aprendizagem as potencialidades cognitivas desafiando superação. Ainda para Vygotsky “tanto o desafio do professor quanto os recursos de apoio são vistos como mediadores do conhecimento da criança. (HOFFMANN, 2012, p.21).

Ao escrever sobre a mediação na avaliação especificamente na educação infantil, a autora ressalta a importância de um caráter investigativo e mediador, sobre

a curiosidade do professor sobre o seu aluno. Para isso é preciso uma observação continuada, estudo e reflexão. Isso tudo se dá no cotidiano, com intenção de planejar ações mais significativas para intervir no desenvolvimento da aprendizagem. A observação é um olhar atento sobre a criança e as possibilidades que elas apresentam. “O olhar avaliativo não é apenas sobre as crianças, mas sobre elas no âmbito da instituição com todas as variáveis que essa contempla”. (Idem, p.30). Voltamos ao problema do professor que deve fazer tudo isso e não tem condições para tal. Segundo a própria autora “Improvizam-se, muitas vezes, profissionais para esse nível de ensino, que, por sua vez, improvisam muitas de suas ações”. (Idem, p.28)

Relatando o caminho da aprendizagem

A Educação Infantil traz aos professores que nela trabalham um grande desafio estrutural, que é o de acompanhar cada criança, observá-la, tentar conhecê-la, entender suas características próprias, isso em turmas que excedem em muito o número ideal. Conseguir trazer tudo isso para o seu planejamento e fazer as intervenções necessárias para além das dificuldades que são do próprio sistema de ensino, que fogem do seu alcance é um grande desafio. Na Rede Pública do Distrito Federal o professor usa para registrar a avaliação do desenvolvimento da criança, o Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral que devem ser preenchidos ao final do 1º e do 2º semestres, como o próprio nome já diz, descrevendo a trajetória da criança no período determinado.

O relatório deve ser em sua elaboração o resultado de uma avaliação formativa, pois tem o propósito de registrar o desenvolvimento da criança em determinado período na instituição. Mas a realidade muitas vezes é diferente, ao invés de um relato da criança e seus avanços, do seu desenvolvimento, a maior parte destes documentos não passa de um relatório com descrições do que a criança alcançou ou não referente aos objetivos propostos, e também descrições comportamentais. Muitas vezes, eles são uma nova roupagem da avaliação meritocrática e classificatória. A concepção de avaliação classificatória, ainda é muito presente em nosso meio, faz parte da nossa formação escolar e pedagógica.

Luckesi (2004, p.6) afirma que precisamos ir avaliando até aprendermos, pois normalmente os que fazemos são exames:

Para desenvolver uma cultura da avaliação os educadores e a escola necessitam de praticar a avaliação e essa prática realimentará novos estudos e aprofundamentos de tal modo que um novo entendimento e um novo modo de ser vai emergindo dentro de um espaço escolar. O que vai dar suporte à mudança é a prática refletida, investigada.

A concepção que aprender é um mérito ainda está presente nas escolas, atingindo assim a educação como um direito de todos. Para que o professor consiga fazer uma avaliação que contribua com o desenvolvimento da aprendizagem, numa concepção mediadora, ele precisa acompanhar a criança, observá-la constantemente, fazer anotações sobre o que acontece de significativo, ou seja, ter um olhar investigativo sobre ela. É importante salientar que os adultos do seu convívio têm responsabilidade de acompanhá-la. Pelo acompanhamento continuado é possível relatar seu desenvolvimento e sua construção do conhecimento, ou seja, ao final de um semestre o professor a partir de suas observações e anotações constrói o seu relatório, que na verdade é o trajeto da criança naquele período.

Relatórios de avaliação consistentes se constituem por anotações freqüentes sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar, permanentemente, o trabalho junto a ela, desvelando caminhos ao professor no sentido de planejar melhores estratégias de aprendizagem (HOFFMANN, 2012, p.64).

A intencionalidade educativa do professor irá nortear seu trabalho, ou seja, o seu planejamento e seu relacionamento com seu aluno. “A avaliação subsidia o diagnóstico do caminho e oferece ao educador recursos para reorientá-lo. Em função disso, há necessidade da solidariedade do educador como avaliador [...]” (LUCKESI, 2004, p.7). Este, pois, é um desafio aos professores da educação infantil da rede pública do Distrito Federal, acompanhar o seu aluno, respeitar sua individualidade, intervir no seu dia a dia para mediar a construção do conhecimento. O acompanhamento individual de cada criança é, mas faltam as condições para que isso ocorra como deveria. O mesmo autor ao falar sobre o acompanhamento individualizado do aluno ressalta a falta de condições materiais, mas afirma que podemos fazê-lo também no coletivo.

Para um acompanhamento individualizado dos estudantes, teríamos que ter outras condições materiais de ensino no Brasil. Todavia, importa ter claro que a prática da avaliação funciona tanto com o ensino individualizado como com o ensino coletivo. Avaliação não é sinônimo de ensino individualizado. (LUCKESI, 2004, p.24)

Gostaríamos de ao refletirmos sobre a avaliação, a mediação e a construção do relatório deste processo, lembrar que essa é uma caminhada pelo direito à educação e uma educação de qualidade, uma educação para a formação do humano inacabado conforme Paulo Freire. “Trabalhar com avaliação implica em ter um olhar includente, mas a sociedade é excludente. Daí uma das razões das dificuldades em mudar. ”(LUCKESI, 2004, p.8). Precisamos de mudanças, se faz urgente mudar, pois as crianças passam por nossas escolas, pelas mãos de nossos professores e educadores, pelas nossas mãos, e seguem seus estudos sem a menor garantia de aprendizagem, muitas vezes rotulados, ou simplesmente e tão graves quanto, sem terem desenvolvido o mínimo do seu potencial.

A avaliação na educação infantil da rede pública do Distrito Federal, mais do que um acompanhamento da criança no seu desenvolvimento, do que uma possibilidade constante de intervenção no seu processo de construção de conhecimento, de instrumentalizar o professor para o seu trabalho, é a possibilidade de enfrentamento da educação como privilégio de uma minoria “de assegurar uma escola de significativa qualidade para as crianças das camadas populares, lutando decisivamente contra a precarização do trabalho pedagógico, que, infelizmente, vem assolando a educação escolar em nosso país [...]” (SAVIANNI, 2012, p.ix). Precisamos democratizar o acesso ao conhecimento, pois “a democratização da educação é a única forma de garantir aos historicamente excluídos, acesso a bens que são patrimônio da humanidade e não de uma classe social ou de uma parcela da sociedade” (JACOMINI, 2009, p.568).

CAPITULO 3 - O PROFESSOR QUE AVALIA E A INTERVENÇÃO DA APRENDIZAGEM

A SEEDF ao propor a educação infantil como 1º Ciclo de Aprendizagem, entende que a sua implantação não promoverá grandes mudanças na sua organização pedagógica e na avaliação, pois o uso do tempo e do espaço escolar já funciona como nos ciclos, a avaliação também, pois não há notas, a mesma é feita através do relato de acompanhamento semestral. A intenção da proposta é de que não se perca o que já está estabelecido. De acordo com o Roteiro para Discussão dos Ciclos de Aprendizagem – 1º Ciclo de Aprendizagem – Educação Infantil – 2013, “No caso da educação Infantil, [...] é importante estarmos atentos para que a seriação não contamine o currículo, os tratamentos didáticos, os planejamentos, a avaliação [...]” (p.2). No entanto precisamos lembrar que o objetivo do ciclo de aprendizagem é garantir que todos aprendam, e isso também na educação infantil.

Em sua constituição histórica, a educação infantil nasceu da necessidade de atendimento as crianças principalmente da classe trabalhadora, com a preocupação em tirá-las das ruas, em atender as mães trabalhadoras, tendo o caráter assistencialista. Muito tempo se passou e, apesar de novos discursos e teorias, alguns avanços principalmente relacionados ao direito a educação, ainda vemos muito da concepção assistencialista nesta modalidade de ensino. Prado; Azevedo (Apud AZEVEDO, 2005, p.190) ao escrever sobre o currículo na educação infantil enquanto instituição de ensino chama a atenção para o fato de não ser considerada uma fase escolar e ao mesmo tempo, é uma instituição que ensina, que tem professor, que tem aluno, além de outras características de uma instituição escolar.

Stemmer (2012, p.27) nos alerta que a constituição contemporânea da educação infantil em uma educação não escolar e no esvaziamento do ato de ensinar, tem origem em sua própria história, ou no assistencialismo, e com certeza tem influências na prática pedagógica. De acordo com o Currículo em Movimento – 1º Ciclo – Educação Infantil da SEEDF (2013, p.28), “os profissionais que atuam

nessa etapa de educação necessitam compreender as especificidades da Educação Infantil e a concepção da criança como sujeito de direitos e necessidades, exigindo atuação pautada no cuidar e educar. Mas a realidade é bem diferente, pois a desvalorização deste profissional e o não compromisso com a qualidade do ensino é demonstrada pela falta de critério da seleção de profissionais para trabalhar com crianças desta idade. Todos os anos são contratados um grande número de professores que nunca atuaram neste segmento, eles são “enviados” aos Centros de educação Infantil, creches, jardins, sem a menor experiência, sem preparo para trabalhar com esta faixa etária.

A identidade do profissional que trabalha com esta faixa etária, além de socialmente não ser reconhecida como uma função de atividade intelectual é constantemente descaracterizada da sua função docente em sua prática, o que com certeza afeta diretamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Prado; Azevedo (Apud STEMMER, 2006,45) “[...] uma concepção negativa do ato de ensinar, a descaracterização do papel do professor, a desintelectualização docente, a fetichização e naturalização da infância, a exacerbação da individualidade [...]”.

No Distrito Federal somente os profissionais formados em Pedagogia ou com Magistério podem trabalhar na educação infantil, mas em algumas instituições particulares, assistencialistas ou outros municípios, nem sempre assim, inclusive super valorizando a função de educador, demonstrando a não necessidade do professor. “Por isso, a qualificação docente é essencial na Educação Infantil. Improvisam-se, muitas vezes, profissionais para esse nível de ensino, que por sua vez, improvisam muitas de suas ações” (HOFFMANN, 2012, p. 28)

Todos os profissionais que estão envolvidos com a escola e com as crianças são educadores e tem um papel importantíssimo no processo de ensino e aprendizagem, mas entendemos que o professor é o profissional preparado para conduzir a criança na construção do conhecimento e desenvolvimento, pois sua formação lhe dá condições de não só para planejar, mas intervir pedagogicamente para que a criança consiga aprender e se desenvolver, de conhecer e selecionar os conteúdos curriculares e ensiná-los. “[...] o resgate do professor como um intelectual

que deve possuir saberes teóricos e práticos sólidos, não bastará apenas gostar de crianças, professor aqui é alguém que deve possuir amplo capital cultural” (ARCE, 2007, p.32). Precisamos de professores que tenham conhecimento amplo para poder reparti-lo com seus alunos.

As intenções avaliativas e a mediação da aprendizagem

O Currículo da Educação Infantil prevê uma “intencionalidade educacional configurada num projeto político-pedagógico. ” (p. 54). A ‘intenção’ segundo o Dicionário online de português é: “*s.f.* Aquilo que se pretende fazer; propósito. O que se almeja (conscientemente ou não); desejo”. Tanto a Secretaria de Educação do Distrito Federal como as instituições de educação infantil devem ter muito claro a sua intenção educacional, qual o seu propósito, o que deve fazer para alcançá-lo, qual qualificação profissional é necessária, que tipo de avaliação será utilizado para acompanhar a criança no processo de ensino e aprendizagem. Essas intenções devem ser definidas no Projeto Político Pedagógico da escola e baseadas no currículo. “O Projeto pedagógico é a marca registrada de uma escola. Ele é a sua ‘carteira de identidade’.” (CURY, 2006, p.18).

Construir o Projeto Político Pedagógico é um trabalho colaborativo, onde toda a comunidade escolar deve estar envolvida. O Art. 4º Lei nº 4.751 de 7 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal “Cada unidade escolar formulará e implementará seu projeto político pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal”. Esse artigo é um dos instrumentos que dá a gestão e a comunidade escolar condição para a implantação da verdadeira democracia na escola, ou, do direito a todos de aprender. Luckesi (2004, p.3) escreve que precisamos avaliar e não examinar nossas crianças, precisamos nos vincular a um projeto pedagógico construtivo, na perspectiva do ser humano inacabado.

Mas como construir um Projeto de tal importância com tamanha rotatividade e despreparo dos profissionais? Como estabelecer e consolidar a

educação infantil como o 1º ciclo de aprendizagem, tão importante para garantir o direito de todas as crianças de aprender, sem que se reconheça a função docente como indispensável também nesta modalidade de ensino? Entendemos a importância da formação intelectual do professor da educação infantil, que precisa conhecer o currículo, contribuir para a construção de um Projeto Político Pedagógico que defina claramente a intenção educacional da instituição e não só isso, que garanta o direito a educação, que compreenda a importância do planejamento e saiba executá-lo e que tenha na avaliação o balizador de sua prática, que será constantemente repensada.

Observa-se a desintelectualização do trabalho docente, o distanciamento dos professores com o compromisso de ensinar, por fim, tal perspectiva acaba transformando as práticas educativas em momentos de relações cotidianas, relações interpessoais, de aplicação de técnicas padronizadas e insignificantes para o desenvolvimento das crianças. (MARTINS FILHO, A.; MARTINS FILHO, L. J., 2007, p. 9)

Corremos um sério risco de como na citação acima, de transformarmos nossa prática em relações cotidianas e com técnicas padronizadas e insignificantes, contribuindo assim para a manutenção da condição social, sem oportunizarmos aos nossos alunos uma educação emancipatória.

A proposta de implantação do 1º ciclo de aprendizagens se faz necessária. A educação infantil não reprova, não possui a avaliação considerada meritocrática, seu tempo e espaço são organizados de acordo com a idade e necessidade da criança, mas, como as demais etapas de ensino, não garante a todos o direito de aprender. Esta proposta de ciclo tem o desafio de, superando uma educação seletiva e excludente, garantir o direito da criança de aprender e se desenvolver, de ter um adulto preparado para caminhar junto ela, fazendo intervenções necessárias para que vá além, para que tenha a oportunidade de um futuro melhor, principalmente as que a família não pode fazê-lo. Saviani (2008, p.13) fala que o trabalho educativo é ação de produzir “direta e intencionalmente, em cada indivíduo, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. ” Esse também é um direito das crianças de 0 a 5 anos.

A intervenção docente

Toda criança tem o direito a desenvolver todas as suas potencialidades e também de ter acesso aos conhecimentos que outros homens já produziram, de ter uma educação que seja significativa. Neste sentido precisamos ter clareza do trabalho docente e sua importância. “[...] a educação de crianças menores de 5 anos não pode prescindir do papel do professor como aquele que ensina, transmite as crianças o conhecimento que vem sendo acumulado pela humanidade” (ARCE, JACOMELLI, 2012, p.2). A criança tem o direito a aprender e precisa ser acompanhada em sua aprendizagem.

Voltamos à intencionalidade pedagógica e ao planejamento que são instrumento que lançam luz no trajeto do professor com o seu aluno e permitem que possa observar e mediar o processo de ensino e aprendizagem. Para efetivamente planejar é preciso saber onde se quer e se deve chegar, isso só é possível com um Projeto Político Pedagógico construído por todos. “O PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento.”(OLIVEIRA. S/D, p.2).

A gestão, à frente da escola, precisa envolver principalmente os professores, pois são estes profissionais que efetivamente estarão em sala de aula com a criança, mais próximo da sua realidade e necessidade. O planejamento se coloca como uma ferramenta para isto. A ação a ser desencadeada deve estar atravessada, pois, por uma intencionalidade, sendo fruto de uma proposta. Coloca-se aqui a necessidade da mediação simbólica, da teoria, de um método de trabalho, que ajude a superar a apreensão vulgar, imediata da realidade e permita nela interferir (VASCONCELLOS, 2006, p.43)

A mediação da aprendizagem é necessária para garantir que todos aprendam, aliás, é fundamental, pois cada criança aprende de um jeito e em seu tempo. É uma forma de avaliação que pressupõe uma intervenção pedagógica para que se avance na aprendizagem. Segundo Hoffmann (2012, p.45) mediação

significa que o professor deve estar em estado de alerta acompanhando e estudando a história da criança em seu desenvolvimento. Ela só é possível quando há um planejamento efetivo, com objetivos claros, quando o professor sabe de onde saiu e onde precisa chegar, a mediação irá nortear o processo avaliativo, com ações pedagógicas que contribuirão para esse fim. “Para mediar às aprendizagens, promotoras do desenvolvimento infantil, é preciso tencionar uma ação educativa, devidamente planejada, efetiva e avaliada.” (SEEDF, 2013, p. 31).

Sem dúvida, só um profissional com conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, que compreende como a criança aprende e como se desenvolve, que conhece a importância dos processos avaliativos, que entende a necessidade da mediação da aprendizagem, da intervenção pedagógica, pode realizar tamanha tarefa. Hoffmann, (Idem, p.130) escreve que “Ao assumir uma postura mediadora na avaliação o professor toma consciência do seu papel de protagonista do processo educativo, de participe da caminhada das crianças [...] enfim, de constantes intervenções”.

O professor mediador como o protagonista do processo de ensino e aprendizagem é um tema inquietante, pois como já vimos há uma descaracterização desta função, há muitas dúvidas e contradições com relação ao papel do professor que trabalha com a educação infantil, aliás, não só com relação ao papel do professor, mas da própria educação infantil enquanto escolarização. Este é um tema que deve ser debatido e os profissionais precisam ser ouvidos sobre o seu fazer. Prado; Azevedo (2012, p.48) citando Arce (2004) escreve que:

[...] o professor é descaracterizado e passa a ser um simples coadjuvante, pois deixa de direcionar seu trabalho educativo para seguir a criança, seus desejos e necessidades, sendo esse um grande observador das diferenças provenientes de suas múltiplas linguagens. Assim a instituição infantil passa a ser um ‘paraíso’ para que as crianças possam exercitar sua curiosidade, possam brincar e se refugiar da realidade social que corrompeu sua pureza.

Alguns defensores da educação infantil como um período de escolarização, o fazem por entenderem ser ela “[...] parte de um amplo e profundo processo: o da educação escolar [...]” (SAVIANNI, 2012, p.54). Isso implica

diretamente sobre a questão do professor ensinar conteúdos ou não e tem afetado diretamente seu trabalho como docente, pois ao planejar, ao buscar no currículo os objetivos do seu trabalho, encontra uma indefinição do seu papel enquanto professor, ou, uma indefinição da função de mediador do conhecimento, ou pior ainda, uma indefinição do seu papel de mediador de qual tipo de conhecimento. A autora escreve que a mediação é atuar na relação entre o que a criança consegue fazer sozinha e aquilo que só pode fazer com a ajuda de pessoas mais experientes. Entendemos que nessa relação o professor é a pessoa mais experiente e tem o conhecimento elaborado e construído historicamente por outros homens.

No currículo em movimento da SEEDF sobre a Educação Infantil diz que neste período “as crianças irão reproduzir e apropriar-se de atividades semelhantes às aquelas que vivenciam em suas famílias, tais como comer, brincar, fazer a higiene (SEEDF, 2013, p.28). Já Prado; Azevedo (2012, p.48) citando Saviani (2008, p.14) ao defender a escolarização e a sistematização do ensino na educação infantil escreve que “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular”.

Diante destas posições cabe ao profissional da educação infantil aprofundar seus conhecimentos sobre a infância, o desenvolvimento infantil, o papel da escolarização, a docência, se conteúdos elaborados devem ou não ser transmitidos a crianças de zero a cinco anos, ou seja, o professor da educação infantil, precisa ser um profissional preparado e conhecedor das teorias que dizem respeito a sua área de atuação, e fazer suas escolhas para não compactuar com um sistema que privilegia uns em detrimento de outros, neste caso é claro, os mais pobres, nosso público principal.

Refletindo ainda sobre um sistema que está muito bem organizado para privilegiar alguns. Zingarelli; Bezerra Neto, Arce. “O que transparece, salta aos olhos e nos surpreende [...] é a diferenciação da educação ofertada para crianças oriundas da classe populares da ofertada para as crianças pertencentes a camadas mais elevadas” (2013, p.145). No Currículo em Movimento da educação infantil do Distrito

Federal lemos que “Não há ganhos com a pressa, mas perdas, muitas vezes irrecuperáveis: perda do espaço/tempo infantil e das experiências próprias e necessárias na faixa etária de 0 a 5 anos.” (SEEDF, 2013, p.51). Com certeza para um público e uma infância idealizada, não é preciso pressa, mas para aqueles, vítimas deste sistema brutal que privilegia alguns, é preciso pressa em garantir que todos aprendam, em ensinar a todos o que lhe é de direito aprender, independentemente de sua idade, ou classe social.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi a qualitativa, pois segundo Prodanov (2013) este tipo de pesquisa aborda o objeto sem a preocupação de enumerar ou medir os dados coletados. Há a obtenção de dados descritivos em contato direto com a situação, que é objeto de estudo. A intenção é entender os fenômenos segundo a perspectiva do participante da situação estudada, neste caso a avaliação como instrumento de mediação, e a partir daí elaborar a interpretação dos fenômenos estudados. O foco deste trabalho é obter informações que permita analisar e descrever qual a compreensão do professor sobre a avaliação formativa e como é elaborado o Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral.

O método utilizado é o descritivo, com pesquisa documental, pois segundo Gerhardt, Silveira (apud TRIVINOS, 1987) esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade, conhecê-los e interpretá-los. Quanto aos procedimentos à pesquisa documental que é uma pesquisa que recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, neste caso, recorreremos aos relatórios que são documentos da SEDF, onde são descritas a avaliação da criança. Também faremos a pesquisa de campo que é uma pesquisa que se caracteriza pelas investigações em que, além da pesquisa documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, neste caso os professores.

Os sujeitos da Pesquisa foram professores e gestores de uma escola da Rede Pública do Distrito Federal, o Centro de Educação Infantil - localizado em Santa Maria - DF. A escola surgiu a pedido da comunidade para atendimento a crianças em fase pré-escolar e foi inaugurada no dia 5 de julho de 1998. Santa Maria é uma região administrativa do DF. O CEI atende a 496 crianças entre 4 e 5 anos, com 3 crianças com necessidades educacionais especiais. São distribuídas em 20 turmas, 11 de 2º Período e 9 de 1º Período. Os horários de atendimento são no matutino e no vespertino.

A equipe de gestores é composta por uma diretora, uma vice-diretora, uma supervisora administrativa e um chefe de secretaria. A escola conta com 20

professores regentes, dois coordenadores, dois professores readaptados, um pedagogo na Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem - EEAA e uma orientadora educacional, além dos servidores da carreira de assistência e terceirizada. Tem os projetos da FESTA JUNINA, NOITE DO PIJAMA e NO MEU MUNDO TEM...

Os instrumentos para coleta de dados foram questionários aplicados aos professores e aos gestores sobre sua concepção de avaliação e como o relatório semestral é produzido, buscando compreender se a mesma é usada para intervir no processo de ensino e aprendizagem. “O questionário é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante... é um instrumento ou programa de coleta de dados (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.108). Analisaremos alguns Relatórios que foram escritos em 2012 e 2013, acompanhando a avaliação da criança no 1º e 2º período.

Nosso objetivo ao coletar os dados foi observar se o Relatório Descritivo Individual de Acompanhamento Semestral descreve um processo de mediação da aprendizagem e se a avaliação é um instrumento para melhorar a qualidade do ensino. Além disso, gostaríamos de saber como é feito o acompanhamento do processo avaliativo dentro da instituição. Para isso analisaremos alguns relatórios dos anos anteriores para verificar se a concepção registrada nos mesmos demonstra a concepção dos professores.

4.1 Análise da coleta dos dados

Nosso problema de pesquisa é investigar se professor da educação infantil compreende e utiliza a avaliação como instrumento de mediação para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Definimos então como objetivo geral identificar através da análise do Relatório Descritivo Individual de Acompanhamento Semestral se a avaliação do docente registrada é resultado de uma mediação do docente e se há um acompanhamento da gestão para otimizar esta prática.

Para efetivarmos nossa pesquisa, entregamos um questionário com seis perguntas simples relacionadas à avaliação para dez professores. Classificamos os mesmos com letras de A até J. Também entregamos para os gestores um questionário com cinco questões iguais e uma questão diferente para compreender o papel do gestor relacionado à avaliação. Além dos questionários, foi feita a leitura de 124 Relatórios Descritivos Individuais de Acompanhamento Semestral para observarmos que concepção de educação aparece e se a mediação se faz presente na avaliação, uma vez que é a mediação que permite ao professor melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Para analisar os dados coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, definindo “ esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a sua categorização, sua interpretação e a redação do relatório. ” (PRODANOV, FREITAS; p.113, 2013). Os dados precisam ser interpretados a luz de outros dados e não isoladamente. Os autores ainda nos lembram que seja qual o método de coleta de dados e de análise utilizados em uma pesquisa, não devemos esquecer que o objetivo é responder da melhor forma possível o problema de investigação (Idem, p. 115).

4.2 Sobre a concepção e prática dos professores

O questionário com seis perguntas teve por objetivo obter respostas simples para que não fossem respondidas de forma muito elaboradas e distanciadas da prática. Os profissionais que responderam são todos pedagogos e apenas dois não têm especialização. A experiência destes profissionais na educação infantil é muito variada. Relacionada ao tempo de magistério na educação infantil foi de 15 a 3 anos. Temos professores efetivos e contratados, professores com 15 anos no CEI 210 e com apenas 3 meses na instituição. Essas informações são importantes e significativas porque dentro da SEEDF a troca de profissionais e as substituições são constantes, o que está relacionado diretamente ao processo avaliativo.

A pergunta de nº 1 está relacionada à instituição e se ela usa outros instrumentos de avaliação além do relatório. Alguns entenderam que os instrumentos não apenas os documentos, mas tudo que na instituição é utilizado. Professora **A** “Diário que

fazemos para acompanhar o desenvolvimento de cada criança”. Professora **C**: “Sim. Observação, participação na sala de aula, portfólio”. Os demais entenderam que seria apenas o documento oficial. M

as na instituição, não existem outros instrumentos de avaliação que sejam usados por todos os professores, cada professor avalia da forma que entende que deve ser feito.

A pergunta de nº 2 sobre como é feito o uso do relatório Descritivo Individual: A professora **B**: “através das anotações e observações feitas a cada dia”, a professora **D**: “a descrição do desenvolvimento de cada criança em todos os aspectos”. A professora **J**: “é individual, onde descrevemos as particularidades de cada aluno. A maioria dos professores fez uma descrição de que é feito pelo professor e entregue na secretaria. O relatório é colocado à disposição dos pais para leitura na reunião.

A pergunta nº 3 é se o professor utiliza outros instrumentos de avaliação. O professor **A** “a escrita espontânea”. Professora **B** “observação, teste da psicogênese, interpretações orais de histórias ouvidas e de conteúdo trabalhados”. Professora **D** “teste psicogênese, caderno com registro de todo desenvolvimento de cada criança feito diariamente”. A professora **G** “ procura saber quais os conteúdos já foram aprendidos pelos alunos” Professora **F**; “teste da psicogênese e outras atividades individuais e coletivas para descobrir a linha de pensamento e construção da aprendizagem”. Apesar de não ser uma prática da educação infantil e nem orientação da escola, muitos citaram o teste da psicogênese. A maioria colocou a observação como instrumento de avaliação, o que é muito importante, pois segundo Hoffmann (2012, p. 64) é preciso um olhar investigativo sobre a CRIANÇA.

A pergunta de nº 4 é sobre a frequência das avaliações. Professora **F**: “a 1ª no início do ano letivo, a 2ª no final do 1º semestre e a 3ª ao final do ano letivo”. Professora **G** “Pelo menos bimestralmente, avalio o que foi ensinado e procuro modificar a maneira de apresentar o conteúdo que por algum motivo não foi compreendido”. Vários professores colocaram diariamente ou semanalmente através de anotações. “Relatórios consistentes se constituem de anotações frequentes sobre o cotidiano de cada criança, de modo a subsidiar, permanentemente, o trabalho junto a ela,

desvelando caminhos ao professor no sentido de planejar melhores estratégias de aprendizagem” (HOFFMANN, 2012, p.64)

A pergunta nº 5 é sobre os principais objetivos da avaliação na educação infantil: as respostas são semelhantes, falam em verificar, acompanhar. Professor **G**. “Descobrir o que as crianças aprenderam e detectar o que passou despercebido”. A professora **E** “verificar o que o aluno conhece para dar continuidade ao seu desenvolvimento.” A professora **G**: “planejar as etapas seguintes”. Professora **H**: “acompanhar a criança no seu desenvolvimento”. Percebemos que não há nas respostas dúvidas com relação ao objetivo, o que vemos é falta de clareza por parte do professor sobre o que desenvolvimento, ou ainda, como acompanhar esse desenvolvimento.

A pergunta nº 6 é sobre o Relatório e se o professor acha que esse instrumento é suficiente ou não para a avaliação da criança. Alguns professores disseram que não, que se mostra insuficiente. A professora **F** respondeu “às vezes fica restrito ao comportamento ou as dificuldades da criança, apontando apenas defeitos, ao invés de apontar qualidades e superação”. Mas a maioria disse que é suficiente. “A professora **B** “O Relatório culmina todo o trabalho realizado”. A professora **G** “... para se construir os relatórios os professores deverão ter outros recursos avaliativos para auxiliá-los”. A professora **H**: “Sim... levando em consideração métodos indiretos de avaliação”

O que foi observado durante a leitura dos questionários é que não há muita sintonia entre as respostas, apesar de serem parecidas e óbvias. Uns dizem avaliar diariamente, outros semanal ou bimestralmente, outros semestralmente. Isso revela que não há clareza sobre o verdadeiro papel da avaliação na educação infantil e provavelmente por não terem clareza do que precisa ser avaliado. “O resgate do professor como um intelectual que deve possuir saberes teóricos e práticos sólidos... o professor aqui é alguém com amplo capital cultural.” (ARCE, 2007, p.32),

Se o professor entende que o relatório é sobre o desenvolvimento da aprendizagem daquela criança específica é necessário que este relatório tenha um ponto de partida e um de chegada. “Para mediar às aprendizagens promotoras do desenvolvimento infantil, é preciso tencionar uma ação educativa devidamente

planejada, efetiva e avaliada”, (SEEDF, 2013, p.31). Talvez o problema não seja a avaliação propriamente dita, mas o que avaliar e o que fazer com o que foi avaliado, poucos professores responderam sobre intervenção, mediação ou novo planejamento.

A realidade da educação infantil na SEEDF é de uma sala com uma média de 26 crianças de quatro e cinco anos, durante 5 horas ininterruptas. Por mais que o professor queira, é muito difícil fazer intervenções individuais, pois seu trabalho está diretamente relacionado ao cuidar, elas acontecem, mas não de forma significativa. Luckesi (2004, p. 27), nos diz: ”para um acompanhamento individualizado dos estudantes, teríamos que ter outras condições materiais...” e nos desafia a avaliação do ensino coletivo. A clareza do que a criança precisa desenvolver neste período facilitaria muito a avaliação.

4.3 Sobre os Relatórios

Nosso objetivo na pesquisa para entender se o professor utiliza a avaliação como instrumento de mediação da aprendizagem e se a gestão acompanha esta prática de alguma forma, após a leitura de 124 “Relatórios Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral” percebemos que os mesmos têm um padrão de escrita com alguns conteúdos básicos que são ensinados nestes dois períodos da educação infantil. Além disso, trazem algumas informações sobre o desenvolvimento da criança. O que mais chama atenção é que estes relatórios não trazem quase nenhuma informação sobre o que foi trabalhado, ou que seria esperado para aquele período. Também não trazem quase nenhuma informação sobre o trajeto da criança, como ela começou e como chegou ao final do semestre.

A mediação não é perceptível nos relatórios. Ao lermos temos a informação de como a criança está, mas praticamente não dá pra sabermos se ela chegou assim, se foi realizado algum trabalho de intervenção e se os demais colegas estão da mesma forma. Não como um comparativo, mas como um parâmetro do que foi trabalhado com a turma, para saber como esta criança se encontra, pois da mesma forma que nas demais etapas é necessário que a educação infantil “... tenha objetivos claros que contribuam para inserção da criança

ao mundo objetivado, isto é, construído pelos homens ao longo de sua história” (PRADO, AZEVEDO, 2012, p.33). A avaliação deve ser resultado de acompanhamento sistemático e consonante com a proposta pedagógica

O que também chama a atenção são informações desconstruídas sobre a criança ou taxativas. O relatório nº 83 traz a seguinte frase “É uma criança que está além do esperado para sua faixa etária, pois aprende os conteúdos com facilidade”. O que é esperado para uma criança desta idade? No mesmo relatório a professora escreve: “O aluno por vezes tem dificuldade em obedecer a comandos e assimilar regras”. A mesma criança está além, mas tem dificuldade. Este professor com certeza está avaliando, priorizando o cognitivo da criança e não o desenvolvimento integral.

Em outro relatório, nº 70, o professor escreveu “...o estudante progrediu bem em certas áreas do conhecimento, demonstrando dificuldades em realizar algumas tarefas.” A pergunta, onde progrediu, que tarefas teve dificuldade de realizar. Esta progressão é resultado de mediação do professor? Foi uma aprendizagem natural? No mesmo relatório “Apresentou desinteresse em realizar atividades de recorte, colagem...” Há apenas o relato da falta de interesse e pelo relatório aparentemente não houve intervenção.

O relatório de nº 18 a professora inicia escrevendo “No decorrer do segundo semestre o aluno demonstrou bom desempenho, ele apresenta inquietação e falta de concentração e geralmente não consegue concluir as iniciadas”. Ou como no relatório nº 4 ao falar sobre o aluno “ com freqüência expõe suas opiniões nas rodinhas e relata suas necessidades à professora” e no parágrafo seguinte “ressalto que o aluno é tímido e por isso, tem resistência em se expressar especialmente em público”. Percebe-se nestes relatórios uma desatenção, e principalmente o uso de repetições de um relatório para outro sem perceber as informações conflitantes.

O relatório de nº 5 nos mostra uma avaliação como instrumento de apoio a aprendizagem. A professora escreve “demonstra certa dificuldade em aceitar as frustrações do cotidiano, quando tem alguma dificuldade de relacionamento com os colegas, chora ao invés de tentar solucionar. O trabalho tem sido intensificado neste

ponto e já tem apresentado melhora, pois o aluno mostra-se mais seguro e feliz no ambiente escolar”.

O que ficou muito claro ao ler todos estes relatórios, sendo que a maioria deles foram 4 relatórios por criança (dois do 1º período e dois do 2º período), é que não há continuidade entre eles, não se percebe uma criança com identidade própria, também não aparece o planejamento, o que estava proposta pra aprendizagem naquele período. Com absoluta certeza não é culpa do professor que procura fazê-lo com responsabilidade, mas o fato de ainda não ser claro o que está avaliando. “ O empenho no ato de planejar depende antes de mais nada, do quanto se julga aquilo importante, relevante [...] a fim de garantir o máximo possível que o resultado almejado venha a se concretizar” (VASCONCELLOS, 2006, p.40)

Quanto ao papel dos gestores, nenhum dos relatórios foi lido ou acompanhado pela gestão. Todos foram escritos e entregues ao secretário escolar, responsável pelo documento. O que cabe lembrar é que esta função não acompanha o pedagógico, ou o processo de ensino e aprendizagem. O papel do gestor é liderar o processo de ensino e aprendizagem, garantindo que todos aprendam. A avaliação deve ser acompanhada pelos gestores, nela estes terão instrumentos para dar continuidade ao processo de forma positiva, garantindo o direito de aprender aqueles que têm mais dificuldade. Cury (2006, p.3) nos diz que “o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições”.

Não poderíamos deixar de citar Lima (ano, p. 5) sobre o papel dos gestores e o processo avaliativo na escola. “Sua tarefa pressupõe a de um competente líder que não descuida da organização do trabalho pedagógico com vistas à condução de uma escola ao nível da boa qualidade” e também “conduzir a escola e seu coletivo sob ideais democráticos que garantam uma formação cidadã. ”tudo isso passa pela avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ciclos de aprendizagem têm como principal objetivo garantir que todos aprendam. Na educação infantil não é diferente, todas as crianças de zero a cinco anos tem o direito de aprender e se desenvolver. Os profissionais desta modalidade precisam conhecer o currículo, ter uma intencionalidade pedagógica clara, um planejamento efetivo e a partir destes uma pratica de avaliação formativa. A avaliação sem dúvida é o instrumento que permite ao professor mediar, intervir no processo de ensino e aprendizagem com efetividade. A partir do processo avaliativo contínuo é possível assegurar que os alunos avancem comparados a si mesmos e aos objetivos propostos no planejamento.

Após analisar o que os professores pensam sobre a avaliação e como eles acreditam que deve ser feito e realizar a leitura dos Relatórios Descritivos, percebe-se claramente que o professor sabe o que é avaliação formativa, que tem consciência da sua importância, mas isso não reflete em sua prática. Poucos Relatórios indicam que houve um processo avaliativo contínuo, uma intervenção ou mediação da aprendizagem a partir dos resultados, ou que houve algum tipo de acompanhamento a partir da avaliação. O que à leitura dos relatórios demonstram é que são feitas descrições do que a criança alcançou, ou como ela está, sem relacioná-las aos objetivos propostos, ou, à intencionalidade pedagógica. São avaliações que não indicam um início e não relacionam o caminho ao fim proposto.

Na rede pública do Distrito Federal, os gestores, responsáveis últimos pelo processo de ensino aprendizagem, têm muitas atribuições, dificultando o acompanhamento mais efetivo do processo avaliativo. A Secretaria de Educação até o ano passado tinha como orientação que o Relatório após preenchido deveria ser entregue ao secretário escolar para recebimento, cópia para os pais e assinatura. No ano de 2014 (quando nossa pesquisa já estava bem adiantada) houve uma alteração e o Relatório vem com a solicitação da assinatura do coordenador pedagógico. Com certeza o acompanhamento da gestão do processo de ensino aprendizagem, trará mais qualidade e contribuirá para garantia de que todos aprendam.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. **Gestão escolar**: revendo conceitos. São Paulo, PUC-SP, 2004

ARCE, A.; JACOMELLI, M. R. M. (Orgs). **Educação Infantil versus Educação Escolar?** Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços** / Rui Barbosa; edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. – 5. ed. – Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa.

BETTO, Frei. C I D A D A N I A - **Educação em Direitos Humanos**(texto copiado do site <http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/betto.htm>)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** - Secretaria de Educação Básica – Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

CURY, C. R. J. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor. Brasília: Ministério da Educação, 2006

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino no Distrito Federal

FREITAS, L. C. de. **Ciclo ou séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? Caxambu – MG: Anais, 27^a. Reunião Anual da ANPEd, 2004.

http://www.anped.org.br/reunioes/27/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf

GERHARDT , Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira, **Métodos de Pesquisa**, UFRGS, EAD.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre. Mediação, 2012

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Educar sem reprovar**: desafio de uma escola para todos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.3, p.557-572, set-dez. 2009

LIMA, Erisevelton Silva. O diretor de escolas: sua origem e seu papel na escola de educação básica: in O Diretor e as avaliações praticadas na escola. Editora Kiron, Brasília-DF, 2011. (p. 51 – 55).

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar.** Entrevista concedida a *Aprender a Fazer*, publicada em *IP – Impressão Pedagógica*, Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p. 4-6.

MAINARDES, Jefferson. **Escola em ciclos:** fundamentos e debates. São Paulo:Cortez, 2009.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. **Democratização e mudanças práticas na gestão escolar.** Linhas críticas, Brasília, DF, p. 137- 150, jan./ abr. 2011.

MOREIRA, Antonio Flavio B.; CANDAU, Vera Maria. **Educação Escolar e cultura(s):** Construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação - ANPED - n.23 - 2003

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Texto disponível em: www.tvbrasil.com/salto

PACHECO, José. Escola da Ponte. Formação e Transformação da Educação. Petrópolis. RF. Vozes

PEREIRA, Maria Susley. SEDF. **A avaliação das aprendizagens e a escola em ciclos:** o que muda na prática docente? XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012
<http://www2.unimep.br/endipec/1826b.pdf>

PRADO, Alessandra Elizabeth F.G.; AZEVEDO, Heloisa Helena O. de; Currículo para a educação infantil: argumentos acadêmicos e propostas de educação para crianças de 0 a 5 anos. In: ARCE, A.; JACOMELLI, M. R. M. (Orgs). **Educação Infantil versus Educação Escolar?** Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. Pag. 33 a 52.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
http://www.sni.org.br/educadores/modelo_de_projeto_completo.asp

SARAMAGO, J. **Da justiça à democracia passando pelos sinos.** Palestra proferida no Fórum Mundial Social. Porto Alegre, 2002

SAVIANNI, Demerval. Prefácio. In: ARCE, A.; JACOMELLI, M. R. M. (Orgs). **Educação Infantil versus Educação Escolar?** Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. Pag. 33 a 52.

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Caderno de Perguntas e respostas Estratégias didático-pedagógicas e Avaliação nos ciclos** 2013. Estratégias didático-pedagógicas para a Organização escolar em ciclos. Brasília , 2013.

http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/ciclos/estrat_did_pedag_avalia_ciclo.pdf

SEEDF. **Currículo em Movimento**. Primeiro Ciclo – Educação Infantil. GDF, Distrito Federal, fevereiro de 2013

STEMMER (2012, p.27)

SILVA, Janaína Cassiano. Projetos pedagógicos e os documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC): o construtivismo e a pedagogia da infância como pano de fundo do processo de oposição ao ensino nas salas de aula da educação infantil. In: ARCE, A.; JACOMELLI, M. R. M. (Orgs). **Educação Infantil versus Educação Escolar?** Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. Pag.81 a 106.

VASCONCELOS, Celso S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 9ed. São Paulo: Liberdade, 2006. Pag. 14-64.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Educar sem Reprovar**: desafio de uma escola para todos. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35n.3, p.557-572, set./dez. 2009.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Prezado(a) Professor(a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa sobre a Avaliação na educação infantil e o uso do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral na SEEDF, atendendo requisito do curso de Pós Graduação da UnB. Solicito sua contribuição, participando na pesquisa acima relacionada. Seus dados serão mantidos em sigilo e utilizados somente para os fins desta pesquisa, garantindo o seu anonimato.

1. Dados sobre a Instituição:

Localização (região da cidade): Santa Maria - DF

Tipo (pública ou particular): Publica

Número de alunos na Educação Infantil: 496

Número (médio) de alunos por turma na EI: Turmas de 25 alunos

2. Dados sobre o(a) professor(a)

Formação: _____ Ano de Conclusão: _____

Pós-graduação: _____ Ano de Conclusão: _____

Tempo de magistério: _____ Tempo na educação Infantil: _____

Tempo na SEEDF: _____ Tempo no CEI 210: _____

Questionário

1. Na sua instituição existem outros instrumentos utilizados para avaliação, além do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento semestral? Se existem quais? _____

2. Como é feito o uso do relatório?

3. E você professor, utiliza outros instrumentos de avaliação? Se utiliza, quais são?

4. Com que frequência são feitas avaliações na sua sala?

5. Para você, quais os principais objetivos da avaliação na Educação Infantil?

6. O Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento semestral é suficiente para avaliação da criança? Caso discorde, explique suas razões.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES

Prezado (a) GESTOR (a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa sobre a Avaliação na educação infantil e o uso do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento Semestral na SEEDF, atendendo requisito do curso de Pós Graduação da UnB. Solicito sua contribuição, participando na pesquisa acima relacionada. Seus dados serão mantidos em sigilo e utilizados somente para os fins desta pesquisa, garantindo o seu anonimato.

1. Dados sobre a Instituição: Centro de Educação Infantil 210

Localização (região da cidade): Santa Maria - DF

Tipo (pública ou particular): Publica

Número de alunos na Educação Infantil: 496

Número (médio) de alunos por turma na EI: Turmas de 25 alunos

2. Dados sobre o (a) Gestor (a):

Formação: _____ Ano de Conclusão: _____

Pós-graduação: _____ Ano de Conclusão: _____

Tempo de magistério: _____ Tempo na educação Infantil: _____

Tempo na SEEDF: _____ Tempo na gestão: _____

Questionário

1. Na sua instituição existem outros instrumentos utilizados para avaliação, além do Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento semestral? Se existem, quais?

2. Como é acompanhado o uso do relatório?

3. E você gestor, utiliza outros instrumentos de avaliação para acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem na sua escola? Se utiliza, quais são?

4. Com que frequência são feitas avaliações na sua escola?

5. Para você, quais os principais objetivos da avaliação na Educação Infantil?

6. O Relatório Descritivo e Individual de Acompanhamento semestral é suficiente para avaliação da criança? Caso discorde, explique suas razões.
